

## Condsef/Fenadsef realizam Dia Nacional de Luta

A Condsef/Fenadsef e suas entidades filiadas participam, no próximo dia 10 de dezembro, o Dia Nacional de Luta pela manutenção do auxílio emergencial de R\$600 e em defesa do fortalecimento dos serviços públicos que serão essenciais para o enfrentamento da crise já instalada.

Em análise do Dieese feita para o Jornal da Rádio Brasil Atual FM, o diretor técnico Fausto Augusto Júnior reforçou que o auxílio emergencial cumpriu um papel importante na manutenção dos patamares de vida da população mais vulnerável, além de ter sido fundamental para o próprio desenrolar da economia. O diretor técnico ainda aponta que o investimento público será fundamental, principalmente para manter a condição de vida da maior parte da população.

Já a equipe econômica do governo quer colar no discurso da austeridade fiscal, das privati-



zações e da imposição de reformas a receita para contar a crise. Essa política ultra neoliberal, especialmente desde o final de 2016, coincidindo com a aprovação da emenda do teto de gastos (EC 95/16) e o congelamento de investimentos públicos, vem se mostrando um caminho desastroso que tem aprofundado a crise no Brasil.

Fausto Augusto Júnior pontuou que a articulação da socie-

dade civil será determinante para que não se tenha um 2021 tão ruim quanto se pronuncia. "A sociedade vai precisar se mobilizar, pressionar o Congresso e construir mecanismos de contenção da pobreza e da fome", pontuou. "Vamos precisar de uma pauta que não seja de cortar gastos e sim de construir um projeto de país que leve a condições dignas para todos", resumiu.

Fonte: Condsef

### Suspensão de perícias derruba valor do auxílio e prejudica milhões de trabalhadores

A suspensão temporária das perícias médicas durante a pandemia prejudicou os trabalhadores que receberam valores menores e os cofres da Previdência Social

Matéria completa em [cut.org.br/noticias](http://cut.org.br/noticias)



### Sindsep/MA informa

O Sindsep/MA informa aos seus filiados, colaboradores e à sociedade em geral, que em virtude da manutenção na nova rede elétrica e adaptação para a captação de energia solar, a entidade não funcionará no próximo dia 07 de dezembro.

No dia 08 de dezembro a entidade permanecerá fechada em virtude do feriado municipal do Dia de Nossa Senhora da Conceição.

## Maioria do STF diz que trabalho intermitente é legal e Rosa Weber pede vista

Com pedido de vista da ministra Rosa Weber, na tarde desta quinta-feira (3), o Supremo Tribunal Federal (STF) interrompeu o julgamento de três ações diretas de inconstitucionalidade contra o trabalho intermitente (ADIs 5.826, 5.829 e 6.154). O placar virou. Agora, são 2 votos a 1 a favor dessa modalidade de contratação, instituída pela “reforma” trabalhista de 2017 (Lei 13.467). A decisão só deverá sair em 2021.

O julgamento começou ontem, com o voto do relator, Edson Fachin, pela inconstitucionalidade. O primeiro a votar, na retomada, foi o novo ministro da Corte, Kassio Nunes Marques. E justamente ele abriu a divergência, ao afirmar que “é preciso pensar naqueles que estão relegados à informalidade”.

Com isso, ele repete argumento do governo e dos empresários, apresentado ontem, de que a modalidade intermitente não tira emprego dos formais, mas ajuda os informais. “Embora o Direito do Trabalho

não possa se sujeitar aos ditames do mercado, não pode simplesmente fechar os olhos a ele.”

### Revolução Industrial

Na sequência, o ministro Alexandre Moraes acompanhou a divergência, por entender que as alterações são constitucionais. “O legislador ordinário pode criar novas formas de contrato? Essas novas formas podem romper com as tradicionais e clássicas regras que foram sendo construídas e formatadas, desenvolvidas, principalmente a partir da Revolução Industrial?”, questionou, para responder. “Não só é possível, como absolutamente necessário, que de tempos em tempos o legislador reanalise”, acrescentou, apontando o que chamou de “despadronização da jornada e do local de trabalho”.



As entidades sindicais associam o trabalho intermitente à precarização. A Advocacia-Geral da União defende a modalidade, assim como as confederações patronais. O STF tem se mostrado simpático à tese da “modernização” trabalhista.

De janeiro a outubro, o impacto do trabalho intermitente na criação de vagas foi mínimo. Entre admissões e desligamentos, saldo de 52.943, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o “novo” Caged.

Fonte: CUT